

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

---

CARMEN PORTINHO E O HABITAR MODERNO: TEORIA E TRAJETÓRIA DE UMA URBANISTA

Flávia Brito do Nascimento (IPHAN)

## **Carmen Portinho e o Habitar Moderno: Teoria e Trajetória de uma Urbanista**

### **Resumo**

O presente artigo traça a trajetória profissional da engenheira e urbanista Carmen Portinho e da sua luta pela implementação de um programa de habitação popular na cidade do Rio de Janeiro. Diretora do Departamento de Habitação Popular (DHP) da Prefeitura do antigo Distrito Federal entre 1946 e 1960, a urbanista liderou uma equipe de arquitetos, engenheiros e assistentes sociais na idealização e construção de quatro conjuntos residenciais (dentre os quais se destaca o Conjunto Residencial do Pedregulho) seminais para a história da arquitetura e do urbanismo moderno brasileiro. Seu perfil profissional é emblemático das aproximações da disciplina da engenharia do campo do urbanismo e da sua estruturação em propostas para a crise habitacional do Rio de Janeiro. O artigo discute suas referências teóricas, a elaboração do plano de habitação do DHP e conceitos que nortearam a construção e o posterior acompanhamento dos trabalhadores das “unidades residenciais autônomas”.

## **Carmen Portinho e o Habitar Moderno: Teoria e Trajetória de uma Urbanista**

Em fevereiro de 1948 Carmen Portinho foi nomeada Diretora do Departamento de Habitação Popular (DHP) da Prefeitura do então Distrito Federal, atual Rio de Janeiro, com a tarefa de promover moradia digna às camadas populares. Se à sua época, o fato foi largamente comemorado pelos movimentos feministas, dos quais Carmen foi membro desde os anos 20, a repercussão de sua atuação por mais de 10 anos à frente do DHP merece hoje olhares mais acurados.

A trajetória profissional da engenheira e urbanista Carmen Portinho será emblemática da definição do campo do urbanismo a partir dos anos 30, sobretudo da defesa dos ideais modernistas. Terceira mulher a formar-se em engenharia no Brasil, em 1926, ingressou, logo em seguida, no funcionalismo público. Desde então esteve envolvida com os temas da cidade, aproximando-se dos problemas da habitação popular. Como diretora do DHP construiu quatro conjuntos residenciais (C.R. do Pedregulho, C.R. da Gávea, C.R. de Paquetá e C.R. de Vila Isabel), defendendo aguerridamente a implantação de modos de morar consubstanciados nas unidades de vizinhança, as quais seriam transformadoras do trabalhador brasileiro.



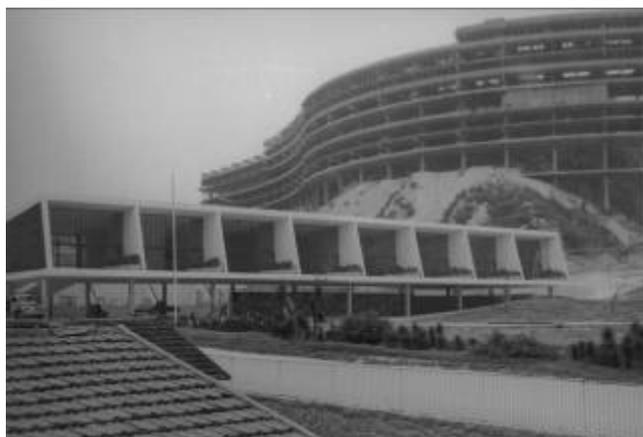
Conjunto Residencial de Paquetá, 1952. Vista do bloco residencial. (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro).



Conjunto Residencial Vila Isabel, 1955.  
Foto da maquete do bloco residencial.  
(Revista Clube de Engenharia, mai. 1958).



Conjunto Residencial Marquês de São Vicente, 1952.  
Vista do Bloco Residencial. (Arquivo Geral da Cidade do  
Rio de Janeiro).



Conjunto Residencial Mendes de Moraes, 1950. Em  
primeiro plano escola e ao fundo Bloco A. (Arquivo Geral  
da Cidade do Rio de Janeiro).

O seu envolvimento com o urbanismo moderno inicia-se quando, ao trabalhar na Divisão de Engenharia da PDF supervisionando obras, assume o papel de secretária da Revista da Diretoria de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal, também conhecida como Revista Municipal de Engenharia. Logo na primeira edição, em julho de 1932, são publicados projetos de viés moderno, como o conjunto residencial da Gamboa, de Gregori Warchavchik e Lucio Costa, e o anteprojeto de Affonso E. Reidy, de um edifício para a Prefeitura, somados a textos de caráter de divulgação assinados pela própria Carmen: “A arquitetura moderna na Holanda” e “Influência do nosso clima na arquitetura das prisões”.

Os diversos postos que assume na direção da revista (secretária, depois editora e redatora) terão papel central na sua carreira, pois neles são expostas suas idéias francamente favoráveis à arquitetura e urbanismo modernos. É por meio da Revista Municipal de

Engenharia que os princípios urbanísticos e arquitetônicos modernos alcançam uma divulgação sem precedentes. A revista surge durante a “progressista” administração de Pedro Ernesto, e ter a prefeitura um veículo de divulgação do ideário moderno tem significado muito claro. Não era sem motivo que a gestão que seleciona através de concurso e constrói o primeiro edifício público de feições modernas na cidade (o Albergue da Boa Vontade, de Affonso Reidy e Gerson Pinheiro) era a mesma que publicava uma revista divulgadora da arquitetura moderna. Nos dizeres da editoria de outra revista da época:

“Acaba de aparecer uma revista da Prefeitura splendidamente bem cuidada. (...) Publica dois projectos: um edifício para dependencias da Prefeitura e uma avenida proletaria, ambos em estylo moderno. Iniciando a Prefeitura por publicar projectos inteiramente modernos em sua revista, equivale a oficializar o estylo.” (A CASA, ago. 1932)



Capa do 1º número da Revista Municipal de Engenharia ou Revista PDF, como ficou conhecida, julho 1932.



Carmen Portinho entre os engenheiros da Prefeitura do Distrito Federal, anos 30. (Arquivo Particular Carmen Portinho)

A “causa moderna”, para Carmen Portinho, ganha múltiplas dimensões para além da defesa de urbanismo e arquitetura adequados. Ser mulher nos anos 20, lutar por um espaço profissional de destaque, não era tarefa das mais simples, e Carmen será protagonista dos movimentos feministas no Brasil, cujas bandeiras serão o sufrágio universal e a possibilidade de trabalhar fora de casa sem os constrangimentos da sociedade machista, em outras palavras, a luta pela emancipação política e econômica. Como feminista, participará ativamente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e fundará, em 1929, a União Universitária

Feminina, para apoiar as mulheres em suas carreiras e defender seus interesses nas profissões liberais, e, em 1937, a Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas. (NOBRE, 1999, p. 15-22)

Trabalhando como engenheira civil na PDF, Carmen vai, aos poucos, se interessando pelos temas da cidade, aproximando-se do urbanismo. Associa-se, por exemplo, ao Centro Carioca, tendo sido sócia fundadora de seu Departamento de Urbanismo. Neste, tem a possibilidade de discutir as questões de urbanismo e de trabalhar por uma cidade melhor. Em 1941, é a vice-presidente do 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo, no qual, em diversas sessões, foram discutidos os problemas das cidades brasileiras, inclusive o da habitação. (ARQUITETURA E URBANISMO, jan./dez. 1941, p.26)

O maior orgulho de Carmen Portinho porém, no que se refere à sua formação, é o fato de ter sido a primeira mulher a graduar-se em urbanismo no Brasil, em 1939, pela Universidade do Distrito Federal, onde apresentou para a obtenção do diploma, um projeto para uma nova capital do Brasil. (PORTINHO, 1939) Nesse projeto foram contempladas as mais importantes questões do urbanismo da primeira metade do século XX: zoneamento, sistema viário, conectando de modo eficiente os vários pontos da cidade, e, fundamental, áreas residenciais dispostas em unidades de vizinhança, temas debatidos nas décadas de 20 e 30, nos Estados Unidos e na Europa, e que ecoaram no Brasil. Carmen era uma ávida consumidora de textos teóricos e grande estudiosa de planos urbanísticos: lia as publicações da revista *City Planning*, do Instituto Americano de Planejamento Urbano, e da francesa *Librarie de la Construction Moderne*.

Interessou-se, em 1930, em ir para a Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, estudar no recém-lançado curso de *City Planning*, sob o argumento de que as cidades brasileiras, como Rio e São Paulo, estavam expandindo-se rapidamente e que era preciso, urgentemente, ter no País conhecimentos especializados nas áreas de planejamento urbano e zoneamento antes que a questão se tornasse de saúde pública.<sup>1</sup> E, embora Carmen cite textualmente Le Corbusier como uma influência sobre sua tese de conclusão do curso de urbanismo, o que é inegável, esta, não será, assim como para Reidy, sua única matriz de conhecimento. Em correspondência trocada com Anhaia Mello, em 1929, pede uma sugestão de tema de estudo. Ele lhe sugere “O Zonning como fator primordial para o desenvolvimento ordenado da cidade moderna”, por ela aceito com grande interesse, embora com a ressalva de que a aplicação do zoneamento no Rio de Janeiro encontrava grande dificuldade, uma vez que a cidade era “uma terrível miscelânea”. Ainda nessas correspondências, Carmen e Anhaia Mello debatem o Plano de Agache e sua inclusão do zoneamento, além das teorias de Le

Corbusier, que para o urbanista paulista eram “theorias e como urbanismo é realização de nada nos servem”.<sup>2</sup>

Esses debates são parte das discussões sobre zoneamento no Brasil dos anos 20 e demonstram o grande interesse do tema entre os técnicos, consubstanciando as primeiras ações de zoneamento de cidades, no Recife (1936) e no Rio de Janeiro (1937), segundo Decreto nº 6.000. Carmen era das estudiosas e entusiastas da disciplina. Antes mesmo de pós-graduar-se em urbanismo, discutia o tema com os especialistas e publicava artigos<sup>3</sup> que buscavam a legitimação dessa “útil e importante ciência”, como afirmava. Essa legitimação era dela própria, como uma das representantes da geração que abraçaria o urbanismo como profissão e, naturalmente, como modo de intervir nas questões-problema da cidade, que se transformava em metrópole. São estas suas palavras para definir a própria profissão:

“O urbanista deve ser o coordenador de esforços, o artista que, em ramo harmonioso, enfeixe numa policromia atraente e exquisita todos os fatores e beleza urbana.” (PORTINHO, jan. 1934, p.16)

Em 1944, Carmen Portinho havia atingido um status profissional respeitado entre seus companheiros de engenharia, situando-se entre aqueles que se dedicavam ao urbanismo.<sup>4</sup> É quando se candidatou a uma bolsa de estudos do Conselho Britânico para estudar a reconstrução das cidades bombardeadas pela guerra. A visita de Carmen à Inglaterra deve ser entendida como parte da política de ajuda mútua entre os países aliados no pós-guerra e sua presença naquele país representava, também, uma troca de informações entre nações. Nessa altura, o Brasil já havia consagrado sua arquitetura moderna: o Pavilhão de Nova York na Exposição Internacional alcançara sucesso, o edifício do MES<sup>5</sup> estava inaugurado e divulgado, e *Brazil Builds*, famosa publicação e exposição do MoMa de Nova York, havia se encarregado de divulgar nos Estados Unidos a “arquitetura dos trópicos”. Carmen levou para a Inglaterra material para palestras sobre a arquitetura brasileira,<sup>6</sup> tema que despertava grande interesse no velho continente, que passara anos mais destruindo do que construindo. De importância foi a palestra *Brazilian Architecture* (com “exibição de slides da arquitetura moderna brasileira”) organizada pelo grupo MARS (*Modern Architectural Research*), a seção inglesa do CIAM.

Carmen partiu, afinal, em meados de 1945, retornando no final do mesmo ano. (THE ARCHITECTS JOURNAL, 22.11.1945.; O GLOBO, jan. 1945) Percorreu a Grã-Bretanha conhecendo os projetos de reconstrução: visitou os complexos industriais de Manchester e

Birmingham, as cidades portuárias de Liverpool e Southampton, os núcleos universitários de Oxford e Cambridge, além de cidades históricas como Bath. O mais grave problema verificado foi a falta de habitações, o que, para quem vinha de um país onde o tema dominava as pranchetas dos técnicos, era observado com grande interesse. Quanto às realizações habitacionais, viu a construção de casas provisórias, destinadas a abrigar as populações cujos lares haviam sido completamente destruídos pelos bombardeios. Assistiu, por exemplo, à montagem, em 30 horas, de uma casa experimental de alumínio, tipo de construção que se espalhava por todo o país. (O GLOBO, 14.10.1945; CORREIO DA NOITE, 19.12.1945)

Na Inglaterra da década de 40, já se teria processando uma revisão teórica do *Town Planning* de Ebenezer Howard. Essa mudança partirá, nas décadas de 20 e 30, de três vertentes básicas, representadas por: Raymond Unwin, Patrick Abercrombie e Thomas Adams. Em 1942, Abercrombie coordena o plano da Grande Londres (*London County Plan*), em conjunto com J. H. Forshaw, dando partida a uma série de reflexões teóricas, como a descongestão, a alta densidade e a distribuição equilibrada da população pelo território mediante a construção de cidades-satélite de crescimento controlado. Em 1944, Abercrombie publica o *Greater London Regional Plan*, no qual essas idéias eram aplicadas a toda a região, como o próprio nome revela. Londres seria envolvida por um grande cinturão verde e as cidades conectadas por *parkways* com transporte público eficiente. As discussões sobre a reconstrução incorporaram muito dos conceitos do RPAA (*Regional Planning Association of América*) e que elaboraram e/ou desenvolveram os conceitos de unidade de vizinhança, *parkway* e *greenbelt town*. A concretização das cidades-satélite do Plano de Abercrombie aconteceu em 1946, quando foi aprovado o *New Town Act*, definindo as formas de financiamento e construção das cidades novas. Tem início, em novembro de 1946, a primeira cidade nova, Stevenage, composta por seis unidades de vizinhança, tendo cada uma de 10.000 a 12.000 pessoas.

Carmen voltou da Inglaterra mobilizada pela causa da habitação, todavia já estivesse em seu rol de preocupações como urbanista, crescia em importância. Era este um tema internacional, que movia técnicos na Europa e Estados Unidos. No Brasil, era alvo de discussões e de realizações. A urbanista retornou determinada a implementar suas idéias no âmbito da municipalidade carioca. Logo após sua chegada da Europa, publicou no Correio da Manhã uma série de artigos, intitulada “Habitação Popular”, advogando em prol da organização e execução de um plano de construção de habitações destinadas aos grupos sociais de pequenos salários. Para justificar seu discurso, não fugiu ao tema da falta de moradias adequadas e do crescimento assustador das favelas. E Carmen escreve:

“A existência de “favelas” e de outras habitações anti-higiênicas como os cortiços, sempre trouxe, para todos os países do mundo, despesas e prejuízos incalculáveis.

São verdadeiros focos de doenças contagiosas como a tuberculose e outras. As despesas que as autoridades são obrigadas a fazer com a saúde pública, com os menores abandonados, delinquentes e toda espécie de vadios, loucos e criminosos que saem desses núcleos insalubres, poderiam ser aplicados, com mais proveito para a coletividade, em prevenir êsses males em vez de remediá-los. As habitações populares construídas então pelas municipalidades, constituiriam uma medida de profilaxia, passando desta forma a fazer parte do programa dos serviços de utilidade pública.” (PORTINHO, 17.03.1946)

Seu primeiro artigo, ilustrado com a imagem de um *redan* de Corbusier, para Paris, denuncia o fracasso das cidades-jardim visitadas na Inglaterra, argumentando que eram subúrbios distantes dos centros de trabalho, vazios a maior parte do dia, reinando a impressão de tristeza e abandono. Essas cidades haviam se transformado em cidades-dormitórios, não tendo os moradores tempo para cultivar o jardim ou desfrutar da casa. Tão distantes eram as casas, ainda que “bonitinhas e aparentemente agradáveis”, que todas as tarefas cotidianas, ir ao mercado, freqüentar a escola ou mesmo recorrer a serviços médicos, tornavam-se terrivelmente difíceis. Demais, o custo dessas construções era inviável: gastava-se muito para levar infra-estrutura (gás, luz, telefone, água e esgoto) a um local de densidade baixa. Carmen propunha que o problema da habitação deveria levar em conta todos os seus aspectos do modo mais amplo possível: habitação, transporte, trabalho e recreio eram funções interdependentes e indissociáveis. (PORTINHO, 27.03.1946)

Mas, qual seria o tipo dessas casas? No terceiro artigo da série (ilustrado com uma perspectiva do mestre alemão Walter Gropius, exemplificando as zonas livres entre os blocos de dez andares),<sup>7</sup> a expressão chave é “unidade de habitação”. Localizadas nas proximidades do trabalho, as habitações seriam ligadas diretamente a serviços sociais, médicos e educativos. Abstraindo o clássico lote, os espaços verdes para descanso e recreio, os caminhos para pedestres, completamente separados das ruas de tráfego, amalgamariam o conjunto construído. A casa isolada como ideal de moradia estava descartada: ela conduzia ao individualismo, além de ser mais onerosa. A habitação coletiva estimularia a vida em sociedade e permitiria a reserva de grandes espaços livres, que possibilitariam a prática de esportes em locais apropriados, até esse momento restrita aos clubes privados das elites.

Para exemplificar o modelo de habitação a que se refere, Carmen resume os itens do livro “Modern Housing”, de Catherine Bauer, publicado em 1934, que, embora um pouco

extenso, é demasiadamente importante para que se deixe de citá-lo. Os padrões mínimos para habitações em conjunto seriam:

“1- Necessidade de fornecer abrigo conveniente ao homem. Cada família precisa de uma habitação separada. 2-Tantos quartos forem necessários a fim de que, pais, filhos, e filhas possam dormir separados. 3- A independência das habitações deverá ficar garantida. Nenhum vão de janela ou porta de uma habitação deverá devassar os de outra. 4- Água corrente e instalações sanitárias em cada habitação. 5 – Iluminação, insolação e ventilação adequadas. 6- Nenhuma via de tráfego de grande movimento nas proximidades da habitação. 7- Facilidade para recreio ao ar livre. Espaços reservados para jogos de crianças e adultos. Jardins e parques em volta das habitações e fora das vias de tráfego de penetração. 8- Emprego de materiais de construção de boa qualidade. Projetos simples e fáceis de serem compreendidos. Conjuntos harmoniosos. 9- Tranqüilidade dos habitantes. Isolamento das paredes. Nenhuma área interna que amplie os ruídos. 10- Compartimentos projetados de modo a facilitarem a colocação do mobiliário, a circulação e a limpeza. Equipamento adequado da cozinha, a fim de simplificar ao máximo o trabalho doméstico. Facilidades para lavar e secar roupas, seja na própria habitação, seja em local centralizado. 11- Acesso fácil às escolas, lojas comerciais, restaurantes, cafés e centros sociais. O homem não deverá gastar mais do que 30 minutos para se transportar ao local de trabalho. 12- Solidez e incombustibilidade da construção.” (PORTINHO, 27.03.1946)

Catherine Bauer tornou-se, nos Estados Unidos, uma referência obrigatória no campo da habitação social, uma *expert* no assunto, tendo lutado, desde o lançamento desse seu primeiro e clássico livro (BAUER, 1934), em 1934, até sua morte, nos anos 60, pela construção de moradias baratas e acessíveis aos trabalhadores americanos. Casada com um dos grandes personagens da arquitetura moderna americana, William Wurster, Catherine seria para sua geração nos Estados Unidos o que, mal comparando, seria Carmen para sua geração no Brasil: formando-se, em 1926, em Artes e Literatura, no Vassar College, foi também uma ativista dos direitos femininos, interessando-se pelas questões da arquitetura e do urbanismo modernos. (TREIB, 1995)

Depois de passar um ano na França, mudou-se para Nova York, onde, por intermédio de Lewis Mumford, passa a frequentar o grupo do RPAA. Seus participantes vinham se encontrando desde 1923, o próprio Mumford, Charles Whitaker, Clarence Stein, Henry Wright, Frederick Ackerman e Benton McKaye, entre outros. Esse grupo foi responsável por

estudar e reelaborar as idéias das cidades-jardim inglesas nos EUA, propondo e desenvolvendo ambientes mais humanos na própria metrópole. Dentre as suas maiores preocupações estava a de criar bairros com qualidades diferenciadas das que usualmente se encontravam nos subúrbios do país, onde não havia facilidades urbanas (mercado, escola, posto de saúde, áreas de lazer), além das grandes distâncias físicas dos centros. O grupo afirmava que o custo das construções era demasiadamente alto: para produzir habitações baratas, era preciso construir em grande escala, valendo-se dos processos industriais. Para tanto, era necessária uma estrutura institucional que desse suporte à produção das casas. Em 1924, formam uma sociedade sem fins lucrativos, a *City Housing Corporation*, e constroem Sunnyside, no Queens-NY, cujo projeto era de Stein e Wright. Três anos depois se lançam ao projeto, mais ambicioso, de construção de Radburn, em New Jersey-NJ. (RADFORD, 1996, p.66-69)

Ambos os projetos são aplicações de suas teorias e foram fundamentais na divulgação do ideário das unidades de vizinhança, as *neighborhood units*, importantes para a compreensão dos projetos do Departamento de Habitação Popular. A idéia primeira de unidade de vizinhança (*neighborhood unit cell*) parte de Clarence Perry, da equipe do *Regional Plan of Nova York* de 1929, sendo desenvolvida pelos membros do RPAA. (PERRY, 1932) O ponto central das propostas era a preservação da vida comunitária, com áreas residenciais que garantissem o silêncio e o bem-estar. Mas não eram em nenhum aspecto antiurbanos: as soluções partem da metrópole, cujo crescimento seria celular, mediante a criação de novas unidades de vizinhança. Radburn seria uma cidade para 25.000 habitantes, constituída de três unidades de vizinhança, com separação total entre a circulação de veículos e a circulação de pedestres.

Quando Catherine Bauer entrou em contato com este grupo, muitas das idéias já tinham sido postas em prática, mas a viabilização havia sido muito difícil. Mumford, por exemplo, morava com a família em Sunnyside há onze anos e, embora elogiando muito o lugar, afirmava que não era acessível àqueles de baixo poder aquisitivo. Motivada pelas discussões e realizações do RPAA Catherine parte para a Europa, onde visita por diversos meses a Alemanha, a Suíça, a Holanda e a França, dedicando-se a conhecer os programas de habitação. De volta ao país, escreve um artigo para o concurso da revista *Fortune* do melhor ensaio sobre o tema “Arte na Indústria”. Seu artigo tecendo elogios ao programa de habitação de Frankfurt, coordenado por Ernest May, ganha o concurso. A partir daí, sua ligação com a habitação social foi definitiva. Em 1932, é convidada para organizar no MoMa de Nova York a parte relativa à habitação na famosa exposição “Arquitetura Moderna”, de 1933, e, seguindo

os conselhos de Mumford, dá início ao livro “Modern Housing” com o intuito de apresentar e interpretar as experiências habitacionais européias para o público americano. Catherine desafiava seus compatriotas a não imitar o que estava sendo feito no além-mar, mas a criar formas habitacionais que pudessem atender às suas necessidades. (WRIGHT, 1995, p.184-203) Analisando diversos projetos habitacionais, dados estatísticos e informações colhidas nas várias cidades que visitou, fez uma defesa clara da arquitetura moderna e propôs soluções para seu país.

Algumas dessas soluções foram resumidas por Carmen Portinho no seu artigo em prol da organização de um programa de habitação popular para o Rio de Janeiro. O que não estava listado, mas que seguramente Carmen conhecia, eram as argumentações de Catherine Bauer em favor de habitações financiadas pelo governo, questão mais política do que técnica, por isso deveria haver grande pressão da sociedade. Das realizações americanas Catherine exalta como importantes justamente Sunnyside e Radburn, do RPAA, afinal já vinham falando e praticando as questões que ela estudara e sintetizara em seu livro. Nos anos seguintes, ela lutaria com grande força pela transformação dessas idéias em lei e pela sua realização. Uma delas era a construção, em 1935, do Conjunto Carl Mackley, na Philadelphia, dos arquitetos europeus, radicados nos Estados Unidos, Oscar Stonorov e Alfred Kastner, para operários da Federação Americana dos Trabalhadores de Malharias. O conjunto é uma unidade de vizinhança, com edifícios de três andares, apartamentos de um, dois e três quartos, dotados de áreas comuns, como lavanderias coletivas no terraço, centro comunal com piscina, grandes áreas livres ajardinadas, piscina e jardim de infância.

Esses projetos tiveram significativa influência no que seria feito na Inglaterra depois da 2ª Guerra Mundial, no que se estava discutindo no momento em que Carmen participava das comissões da reconstrução. Se, nos anos 20, o pensamento inglês invadiu o território americano, manifestando-se na criação de núcleos residenciais de baixa densidade, valorizando a vida comunitária, nos anos 30 e 40 a reelaboração das mesmas idéias nos Estados Unidos influenciará os ingleses. As unidades de vizinhança, como solução habitacional e como resposta ao evidente crescimento das cidades, serão quase máximas nas Américas e na Europa. Na São Paulo dos anos 30, segundo Sarah Feldman, os técnicos conheciam e



Vista da piscina do Conjunto Residencial Carl Mackley, Filadélfia, EUA (DAVIS, 1997, p.12)

buscavam aplicar tais referências: Radburn e as unidades de vizinhança eram unanimidade até mesmo entre Anhaia Mello e Prestes Maia. (FELDMAN, 1996, p.232) Carmen voltará da Inglaterra entusiasmada com a idéia, tendo estudado em loco os debates para sua aplicação. Seus conhecimentos e argumentos em favor da idéia serão detalhados e convincentes.

Explicadas as regras mínimas gerenciadoras dos programas de habitação, Carmen Portinho segue, na sua série de artigos, expondo o ideal de habitação: as casas, desenhadas para o mínimo de vida (entre 35 e 70m<sup>2</sup>) de acordo com o tamanho da família, seriam células de morar. A existência mínima foi tema do 2º CIAM, realizado em Frankfurt, em 1929, quando se estudaram exaustivamente soluções, em planta, que otimizassem os interiores das casas. A racionalização dos espaços internos significava seu maior aproveitamento, possibilitando aos moradores uma vida melhor, porque mais organizada. Espaços desnecessários eram eliminados e as peças indispensáveis ao uso cotidiano, caso da cozinha, eram aproveitadas conforme as tecnologias da “era industrial”. Os equipamentos que poderiam ser de uso comum saíam do interior e passavam para o exterior da morada. Eram tornados extensões da casa, partes vitais na ajuda e melhoria da vida exaustiva de operários e operárias e ajudariam a criar um senso de comunidade.

Uma vez que os trabalhadores não poderiam dispor de ajuda para as tarefas domésticas, no próprio espaço construído dos conjuntos residenciais estariam abrigados equipamentos adjacentes facilitadores do cotidiano. Exemplo primeiro é a lavanderia coletiva, que carrega a um só tempo dois conceitos: economia do espaço interno da habitação e ajuda à “mão cansada” da operária nas tarefas domésticas. (PORTINHO, 27.03.1946)

No artigo de 14.4.1946 da mesma série, “Habitação Popular”, Carmen detém-se nos serviços comuns. Escolas, museus, bibliotecas, exposições, centros de saúde, clubes, cinemas e centros comunais, para funcionarem, deveriam contar com a ajuda direta das autoridades públicas e ser incorporados aos conjuntos. Os centros comunais (*community centers*) eram as peças-chave do funcionamento do conjunto residencial. Neles, tal como Carmen dizia ter visto na Inglaterra, ocorreriam atividades das mais diversas, de refeições a palestras, de brincadeiras a peças teatrais e esportes. Sua função explícita seria garantir a vida em sociedade, ou melhor, desenvolver nos moradores o hábito de compartilhar a vida, somado à possibilidade de empregarem com mais proveito as horas de lazer. Mas o objetivo último era a “elevação no nível intelectual e moral dos habitantes.” (PORTINHO, 14.04.1946) Elevação moral por meio da educação, que seria fornecida pelo poder público, municipal ou federal, mas estatal. Ponto nevrálgico da questão era o fato de que as habitações coletivas construídas e alugadas aos trabalhadores garantiriam, ao menos em teoria, a implementação de um plano

moral cujos instrumentos eram as várias instâncias educadoras, não apenas a escola. O desafio era garantir a formação de um trabalhador, cuja casa era sua parte vital.

No programa habitacional que Carmen idealizou para o Rio de Janeiro, o ponto afirmativo era que “casa” não era necessariamente “habitação”. Habitar englobava significados mais amplos e referia-se às condições gerais de vida dos moradores, somente realizadas plenamente com a disponibilidade dos serviços adjacentes ao teto propriamente dito. Habitação era um problema social e urbano e como tal



Carmen Portinho examinando projetos no DHP, s/data. (Arquivo Particular Carmen Portinho).

deveria ser tratado. Esta foi a tônica de todo o trabalho de Carmen Portinho à frente do DHP, na luta pela implementação das unidades de vizinhança, locais que, além de acolherem o “povo” das intempéries, pretendiam transformá-lo por inteiro.

---

## Notas

<sup>1</sup> Cartas de Carmen Portinho à Fundação Rockefeller e à Columbia University pedindo bolsas de estudo. Não foi possível precisar a resposta a esses pedidos de bolsa, mas fato é que ela não foi aos Estados Unidos estudar.

<sup>2</sup> Cartas trocadas entre Anhaia Mello e Carmen Portinho entre maio de 1929 e janeiro de 1930. Arquivo Particular Carmen Portinho.

<sup>3</sup> Ver, por exemplo: “O critério científico do urbanismo”; “O ensino do urbanismo”; “Concurso para a urbanização das avenidas compreendidas entre ‘La Place de L’Etoile’, em Paris, e a praça circular de la Defense, em Courbevoie”.

<sup>4</sup> O campo do urbanismo é compartilhado pelos saberes da engenharia e da arquitetura. Muitos foram os engenheiros que se dedicaram ao tema, dentre os quais Francisco Baptista de Oliveira, Oliveira Reis e Sabóia Ribeiro.

<sup>5</sup> Na bagagem Carmen levava um precioso tesouro: material sobre o edifício do MES, que mostrou em primeira mão a Le Corbusier. (PORTINHO, 1999, p.97)

<sup>6</sup> Em agosto de 1945 faz a conferência *Brazilian Architecture* no IAAS, em Londres, e em outubro profere palestra com o mesmo título no *Royal Institute of British Architects*. Arquivo Particular Carmen Portinho.

<sup>7</sup> Imagem que acompanha seu artigo “Construções baixas, médias ou altas?”, apresentado no 3º CIAM onde defende a construção de edifícios de sete a onze andares, separados suficientemente para garantir ar, luz e mobilidade aos moradores. (AYMONINO, 1973, p.211-232)

---

## Referências Bibliográficas

THE ARCHITECTS JOURNAL. "Chief Engineer of Rio". The Architects Journal. Londres: 22.11.1945.

ARQUITETURA E URBANISMO. "Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo". Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: jan./dez. 1941. pp.25-32

AYMONINO, C. La vivienda racional. Ponencias de los congresos CIAM 1929-1930. Barcelona: Gustavo Gilli, 1973.

BAUER, C. Modern housing. Boston/ Nova York: The Riverside Press/ Houghton Mifflin Co., 1934.

BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação Liberdade/ FAPESP, 1998.

A CASA. "Revista da Directoria de Engenharia". A Casa, nº99. Rio de Janeiro: ago. 1932.

CORREIO DA NOITE. "Os alemães ajudaram os ingleses a resolver o problema das favelas..." Correio da Noite, 19.12.1945.

DAVIS, S. The architecture of affordable housing. Berkeley/ Los Angeles: University of California Press, 1997.

FELDMAN, S. "A americanização do setor de urbanismo na administração municipal de São Paulo". In: Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro: PROURB / FAU-UFRJ. Vol. 1. 1996. pp. 224-234.

O GLOBO. "Londres será uma grande escola de urbanismo". O Globo. Rio de Janeiro: 1945.

\_\_\_\_\_. "Problema nacional, as 'favelas' do Rio". O Globo. Rio de Janeiro: 20.2.1952.

NOBRE, A. L. Carmen Portinho: o moderno em construção. Rio de Janeiro: Relume Dumará/PCRJ, 1999.

PERRY, C. "The Neighborhood Unit". In: Committee on Regional Plan of New York and its Environs. Regional Plan of New York and its Environs. Nova York: W.F.F. Co. Printers, 1932.

PORTINHO, C. "A influência do nosso clima na arquitetura das prisões". Revista Municipal de Engenharia, nº1, vol 1. Rio de Janeiro: jul. 1932.

\_\_\_\_\_. "Arquitetura moderna na Holanda". Revista Municipal de Engenharia, nº1, vol I. Rio de Janeiro: jul. 1932.

---

\_\_\_\_\_. “Concurso para a urbanização das avenidas compreendidas entre La Place de L’Etoile, paris, e a praça circular de Le Defense, em Courbleyole”. Revista Municipal de Engenharia, nº3, vol 1. Rio de Janeiro: jan. 1933. pp.55-56

\_\_\_\_\_. “O critério científico no Urbanismo”. Revista Municipal de Engenharia, nº8, vol I. Rio de Janeiro: jan. 1934. pp.15-16

\_\_\_\_\_. “O ensino do urbanismo”. Revista Municipal de Engenharia, nº11, vol 1. Rio de Janeiro: jul. 1934. pp.50-52

\_\_\_\_\_. “A arte dos jardins”. Revista Municipal de Engenharia, nº14, vol II. Rio de Janeiro: jan. 1935. pp.228-230

\_\_\_\_\_. “Montepio dos empregados municipais”. Revista Municipal de Engenharia, nº19, vol 1. Rio de Janeiro: nov. 1935.

\_\_\_\_\_. “A habitação – o homem”. Revista Municipal de Engenharia, nº1, vol IX. Rio de Janeiro: jan. 1942.

\_\_\_\_\_ & PARANHOS, Déa. “Aerofotogrametria”. Revista Municipal de Engenharia, nº6, vol III. Rio de Janeiro: nov. 1936.

\_\_\_\_\_. “Aerofotogrametria. Notas do curso de urbanismo da UDF”. Revista Municipal de Engenharia, nº3, vol IV. Rio de Janeiro: mai. 1937.

\_\_\_\_\_. “Ante-projeto para a futura capital do Brasil no Planalto Central”. Revista Municipal de Engenharia, nº3, vol VI. Rio de Janeiro: mar. 1939.

\_\_\_\_\_. “A habitação, o homem e o lugar”. Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro: jul./ago. 1939. pp.35-42

\_\_\_\_\_. “Habitação Popular”. Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 10.3.1946.

\_\_\_\_\_. “Habitação Popular”. Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 17.3.1946

\_\_\_\_\_. “Habitação Popular”. Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 27.3.1946.

\_\_\_\_\_. “Habitação Popular”. Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 31.3.1946.

\_\_\_\_\_. “Habitação Popular”. Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 7.4.1946.

\_\_\_\_\_. “Habitação Popular”. Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 14.4.1946.

\_\_\_\_\_. “Trabalho Feminino”. Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 2.6.1946.

\_\_\_\_\_. “Escola Maternal e Jardim de Infância”. Correio da Manhã. Rio de Janeiro: Suplemento Domingo 14.7.1946.

RADFORD, G. Modern housing for America: Policy struggles in the New Deal era. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

---

\_\_\_\_\_. “Conjunto Residencial Vila Izabel”. Revista do Clube de Engenharia, nº261.  
Rio de Janeiro: mai. 1958. pp.109-116

TREIB, M.(org.) An everyday modernism: the houses of William Wurster. São Francisco: University of California Press/ SFMoMa, 1995.

WRIGHT, G. “A partnership: Catherine Bauer and William Wurster”. In: TREIB, M. (org.) An everyday modernism: the houses of William Wurster. São Francisco: University of California Press/ SFMoMa, 1995. pp.184-203